



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 - QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?

Nos últimos anos, o Município de Capinzal passou a enfrentar uma situação cada vez mais evidente: diversos bens permanentes — veículos antigos, equipamentos obsoletos, mobiliários desgastados e até alguns imóveis sem destinação definida — já não atendiam mais às necessidades da Administração Pública. Muitos desses bens estavam armazenados em pátios e depósitos, ocupando espaço físico, demandando vigilância e, em alguns casos, gerando custos de manutenção, mesmo sem qualquer utilidade prática para o serviço público. A percepção da necessidade surgiu de forma gradual. Durante um levantamento patrimonial de rotina, promovido pelo setor responsável pelo controle de bens, constatou-se um número significativo de itens classificados como inservíveis ou antieconômicos. O relatório apontava que a permanência desses bens no patrimônio municipal não trazia qualquer benefício à coletividade, ao contrário, representava custo e ineficiência administrativa. Paralelamente, a Secretaria de Administração e Finanças vinha buscando medidas para otimizar recursos e fortalecer a responsabilidade fiscal. Ao cruzar as informações do inventário com as diretrizes de gestão eficiente, verificou-se que a alienação desses bens poderia transformar passivos em ativos financeiros, revertendo valores aos cofres públicos e liberando espaços físicos para melhor utilização. Diante desse cenário, a Administração compreendeu que a solução mais adequada seria a realização de leilão público, instrumento legalmente previsto para a venda de bens inservíveis, assegurando ampla publicidade, transparência e igualdade de oportunidades aos interessados. Além disso, a promoção e divulgação eficaz do certame se mostraram essenciais para ampliar a competitividade, atrair maior número de participantes e garantir que os bens fossem arrematados pelo melhor lance possível. Assim, a necessidade não surgiu de forma isolada, mas como resultado de uma análise técnica, patrimonial e financeira, voltada à melhoria da gestão



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

pública, à racionalização de recursos e ao compromisso com a eficiência e a responsabilidade administrativa.

2 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO

2.1 – POR QUAL MOTIVO ESSA NECESSIDADE DEVE SER ATENDIDA?

A necessidade de buscar alternativas para a realização dos leilões públicos decorre, primeiramente, da obrigação da Administração em assegurar que a alienação de bens públicos ocorra da forma mais eficiente, transparente e economicamente vantajosa possível. Embora o leilão seja o instrumento legalmente previsto para a venda de bens inservíveis, a forma de sua execução pode impactar diretamente nos resultados alcançados. Modelos tradicionais, com divulgação restrita ou realização exclusivamente presencial, podem limitar a participação de interessados, reduzir a competitividade e, conseqüentemente, comprometer a obtenção do melhor lance. Diante disso, torna-se necessário avaliar alternativas que ampliem a publicidade do certame, como a utilização de plataformas eletrônicas, parcerias com leiloeiros oficiais especializados ou estratégias mais amplas de divulgação. Além disso, a busca por alternativas está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público. A Administração deve constantemente analisar se o formato adotado é o mais adequado à realidade atual, considerando avanços tecnológicos, alcance regional e nacional dos potenciais arrematantes e a possibilidade de redução de custos operacionais. Outro aspecto relevante é a segurança jurídica e a transparência do processo. Alternativas que proporcionem maior rastreabilidade dos lances, registro formal das etapas e ampla publicidade contribuem para fortalecer a lisura do procedimento e minimizar riscos de questionamentos futuros. Portanto, a necessidade de buscar alternativas não representa mera inovação administrativa, mas sim o cumprimento do dever de gestão responsável do patrimônio público, visando maximizar o retorno financeiro ao erário, ampliar a competitividade, assegurar transparência e garantir que o interesse público seja plenamente atendido.

3 – PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVEM SER ADQUIRIDOS OS MATERIAIS E/OU SERVIÇOS



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

3.1 – QUANDO A NECESSIDADE DEVE SER ATENDIDA?	Em até 180 dias.
4 – ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
4.1 - HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	☐ Sim Especificar item do PCA: nn.
	☒ Não. Justificativa e providências: Não elaborado.
5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
5.1 – HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO NÃO ABRANGIDA ANTERIORMENTE?	Não há.
6 – CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA	
6.1 – O BEM É DISPONÍVEL NO CINCATARINA?	☐ Sim Justificar a aquisição:
	☒ Não.

Capinzal (SC), 18 de fevereiro de 2026.

RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	CHEFIA IMEDIATA
Nome:	Nome:
Assinatura: _____	Assinatura: _____